

**1) O Município de Maricá, por meio do Decreto X de 18 de outubro de 2023, apresenta um plano emergencial recuperação fiscal com as seguintes medidas: (a) majoração da alíquota e da base de cálculo do IPTU; (b) destinação de 20% da arrecadação da contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública (COSIP) às despesas com os programas de saúde e de educação do Município; (c) majoração da alíquota do IPVA cobrado sobre veículos automotores licenciados em seu território. Analise juridicamente, em no máximo 40 linhas, o aludido plano, inclusive quanto à possibilidade de produzir efeitos jurídicos a partir de 01/01/2024, citando os dispositivos aplicáveis. (3,0 pontos)**

**2) O Município de Nova Petrópolis, recentemente contemplado com o troféu de “cidade mais alemã do Rio Grande do Sul”, constatou relevantes benefícios econômicos com a realização de intercâmbios acadêmicos, turísticos e empresariais com cidades alemãs. Neste cenário, para incentivar o estudo da língua alemã em seu território, no bojo de uma lei que visa preservar a influência da cultura alemã no Município, institui isenção de ISS às entidades que ensinem a língua alemã. Nesse contexto, após a publicação da referida lei, (i) a escola bilíngue “Einundsiebzig”, caracterizada pela integração do idioma alemão, além do português, a toda sua grade curricular, deseja obter para si o benefício fiscal e (ii) a escola sem fins lucrativos “Ehrlich”, que preenche os requisitos do art. 14 do CTN, pleiteia o mesmo benefício fiscal. Analise juridicamente, em no máximo 40 linhas, a questão, citando todos os dispositivos aplicáveis. (3,0 pontos)**

**3) O Município de Niterói, por meio de lei complementar municipal, estabelece que o IPTU passa a incidir sobre: (i) imóveis de propriedade de sindicatos; (ii) imóveis de propriedade de entidades assistenciais, independentemente da regularidade de sua inscrição fiscal; (iii) imóveis de propriedade de entidades religiosas quando alugados para terceiros e (iv) imóveis de pessoas físicas ou jurídicas quando alugados à entidade religiosa que o utiliza como templo. Analise juridicamente, em no máximo 40 linhas, a questão, citando a jurisprudência e todos os dispositivos aplicáveis. (3,0 pontos)**

**4) Diferencie competência tributária de capacidade tributária ativa em, no máximo, 10 linhas. (1,0 ponto)**